

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte

O Liberal

Class.:

07

Data

13/11/85

Pg.:

4468

Lucio Flavio Pinto

### O que passa, passará

**T**rês hidrelétricas já foram construídas na Amazônia, uma de grande porte e duas pequenas. Mais duas estão sendo construídas. E outras duas estão saindo das pranchetas. Cada cerimônia do processo de nascimento dessas usinas é um novo momento para as declarações grandiloquentes, mas alguns erros básicos continuam a ser repetidos.

Curuá-Una, a menor de todas essas hidrelétricas, só concluída porque quando seus erros foram percebidos ela já era um fato consumado, ignorou as consequências ecológicas do afogamento da floresta existente dentro do reservatório. Já em Coaracy Nunes, a mais antiga das usinas, localizada no Amapá, o equívoco foi inverso: simplesmente não houve preocupação com a formação do reservatório. Como não pode haver acumulação de água durante o inverno, quando chega o verão a hidrelétrica perde grande parte de sua capacidade de geração de energia por falta de água.

Tucuruí, destinada a ser a quarta maior hidrelétrica do planeta, quando (e se) totalmente concluída, foi também um campo experimental porque as pesquisas ecológicas caminharam muito atrás do projeto de engenharia, ficando a ele condicionadas.

Mas a característica negativa comum a todos esses empreendimentos, repetida na hidrelétrica de Balbina, que o presidente da República visitou na semana passada, é a completa subordinação da questão florestal (ou madeireira) ao aproveitamento do rio para fins energéticos. Apesar de uma baragem ter múltiplos fins, o objetivo central — e monopolista — é a produção de energia. O aproveitamento da madeira que será afogada pelo represamento do rio é colocado num plano tão secundário de atenções que acaba ignorado ou mal encaminhado.

Já em Tucuruí, alguém percebeu que ali poderia ser instalado um pólo carboquímico, complementar a uma base de

beneficiamento de madeira sólida, a fim de dar aproveitamento econômico a um bem natural de alto valor que simplesmente seria desperdiçado, além de causar problemas à própria usina. É claro que quando o plano foi esquematizado o tempo hábil já era extremamente exíguo. Para complicar de vez a situação, a empresa responsável era, na verdade, irresponsável. As árvores, que poderiam render carvão, pranchas e outros produtos, acabaram enterradas ou submersas. A Capemi avaliara o potencial madeireiro em um bilhão de dólares. Seria um quinto do custo total da usina. A água levou.

**E**m Balbina a questão é muito mais complexa e as perspectivas mais inquietantes. O lago começará a ser formado em 1987. Como não existe hipótese viável de se retirar a madeira nesse prazo, a Eletronorte não fará o enchimento total do reservatório, dando assim tempo para que apareça um interessado em extrair a madeira através de um método que tem sido usado em pequena escala no Suriname: o da pesca.

Mas tudo é apenas paliativo ou protelação. A madeira de Balbina terá o mesmo destino da de Tucuruí e assim continuará sendo enquanto não houver, acima da empresa de energia elétrica, amarrada a seus compromissos e cronogramas, um órgão jurisdicionalmente mais amplo e institucionalmente mais forte para impor uma visão mais moderna e racional no aproveitamento múltiplo dessas barragens. A subutilização da madeira, o enquadramento predatório de sua destinação, é um produto dessa falta de visão mais larga, que uma entidade como o TVA representou no vale do Tennessee e que a Sudam poderia suprir se estivesse deserta para a sua própria região (e não está, nem consegue impor-se).

Balbina vai gerar 10 vezes menos energia do que Tucuruí. No entanto, na mais favorável das hipóteses inundará uma

área maior 20 ou 30%. O que agrava o quadro é a taxa de renovação da água do rio Uatumã, extremamente lenta se comparada à do Tocantins. Os problemas ecológicos que estão sendo contornados em Tucuruí dificilmente terão igual possibilidade em Balbina. E tudo isso para servir uma usina que nem conseguirá abastecer integralmente Manaus, o objetivo do seu projeto.

**P**ensa-se geralmente no destino da madeira associado ao da hidrelétrica. Por seu valor, a madeira deveria ter vida própria. Só assim sua utilização seria coerente com o valor potencial que ela tem. Em Cachoeira Porteira, a futura hidrelétrica do rio Trombetas, já começou o aproveitamento florestal da área onde será formado o reservatório: a Mineração Rio do Norte empreitou a extração da madeira para usá-la como fonte de energia para a usina de secagem de bauxita. Pelo preço que essa madeira chega a Porto Trombetas, porém, qualquer pessoa logo concluiria ser melhor aproveitá-la como madeira sólida do que como combustível.

Mas estas diferenças parecerão sutis demais aos que encaram o processo de ocupação da Amazônia com o poder de estabelecer as regras do jogo. Não importa que sejam inutilizadas as reservas naturais de Tucuruí, Balbina, Cachoeira Porteira ou tantas outras usinas que vierem a ser construídas nesta região. Lá na frente há mais terra ociosa, mais fronteira, com um estoque de novos recursos a aproveitar — e, certamente, a desperdiçar. A presunção dessa disponibilidade é o aval para os saques feitos no presente.

Este conceito perdulário se impõe porque a visão do processo é imposta pelo agente externo, pelo que dita as regras de fora, o colonialista. Ele está aqui de passagem. Para ele, esta região é uma paisagem, com a qual não tem o compromisso de suas raízes, nem o vínculo do amor, o traço de perenidade do qual a Amazônia está se desgarrando de vez.